



**LÍVIA OLIVEIRA GALVÃO**

**(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E  
NUTRICIONAL EM FAMÍLIAS RURAIS: UM  
ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE  
NEPOMUCENO (MG)**

**LAVRAS-MG**

**2018**

**LÍVIA OLIVEIRA GALVÃO**

**(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM FAMÍLIAS  
RURAIS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO  
(MG)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para obtenção do título de Mestre.

**Orientadora**

Prof(a). Dr(a). Wânia Rezende Silva

**Coorientadora**

Prof(a). Dr(a). Maysa Helena de Aguiar Toloni

**LAVRAS-MG**

**2018**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca  
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Galvão, Livia Oliveira.

(IN)Segurança alimentar e nutricional em famílias rurais: um estudo de caso no Município de Nepomuceno (MG) / Livia Oliveira Galvão. - 2018.

58 p. : il.

Orientador(a): Profa. Dra. Wânia Rezende Silva.

Coorientador(a): Profa. Dra. Maysa Helena de Aguiar Toloni.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Lavras, 2018.

Bibliografia.

1. Insegurança alimentar. 2. Nutrição. 3. Populações rurais. I. Silva, Wânia Rezende. II. Toloni, Maysa Helena de Aguiar. III. Título.

**LÍVIA OLIVEIRA GALVÃO**

**(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM FAMÍLIAS  
RURAIS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO  
(MG)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 03 de maio de 2018.

Prof <sup>ª</sup> . Dr <sup>ª</sup> . Vera Simone Schaefer Kalsing	UFLA
Prof. Dr. Luiz Carlos Dias da Rocha	IFSULDEMINAS

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Wânia Rezende Silva  
**Orientadora**

Prof(a). Dr(a). Maysa Helena de Aguiar Toloni  
**Coorientadora**

**LAVRAS-MG**

**2018**

Dedico aos meus amados Pais, Roberto e Marlene, pelo amor e apoio.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que sempre me apoiaram e incentivaram a estudar, razão de todo o meu esforço e dedicação.

Aos amigos e amigas do mestrado, que de perto ou de longe estivemos sempre unidos. Vocês me fortaleceram para continuar na caminhada e foram fundamentais neste processo.

Ao meu companheiro Stênio, pelo apoio, compreensão e paciência de sempre. Amo você!

Ao CECANE IFSULDEMINAS (coordenação e colegas de trabalho) pela liberação quando necessário, incentivo e apoio na realização desta pós-graduação.

A todos e todas que contribuíram na realização deste estudo, em especial à Equipe da Estratégia de Saúde da Família das comunidades Santo Antônio do Cruzeiro, Bela Vista e Retiro e à Senhora Iterlânia que sempre esteve disposta a auxiliar no contato com as famílias e que me acompanhou até as casas para a realização das entrevistas na comunidade Sabará.

À Universidade Federal de Lavras, pela oportunidade de prosseguir com os estudos em uma área que tenho especial admiração: a extensão.

A todos e todas os(as) professores(as) e funcionários(as) ligados(as) ao Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, que tanto contribuíram para a nossa formação, em especial à secretária Flávia Almeida, que sempre esteve disposta a nos auxiliar em todas as nossas demandas.

Às professoras Nadja Murta e Vera Kalsing, pela gentileza das contribuições realizadas no processo de qualificação.

À coorientadora Maysa Helena de Aguiar Toloni, pelo apoio de sempre, desde a graduação em Nutrição até durante os processos seletivos para a pós-

graduação. Gratidão pela paciência e pelas excelentes contribuições. Você é uma referência pra mim.

À orientadora, Wânia Rezende Silva, por mostrar os melhores caminhos desde o início da pesquisa. Sempre que possível esteve presente, e até conheceu Nepomuceno. Muito paciente, sempre me pedia para ter calma (rs). Obrigada por tudo!!! Aprendi muito com você nesses dois anos. Obrigada também pela oportunidade de fazer parte do grupo SALSA e por conhecer pessoas tão especiais e que também contribuíram com a minha formação.

A todas as famílias informantes (diretos ou indiretos) desta pesquisa, meus agradecimentos, carinho e respeito.

*“(...) Você não deve tratar a alimentação como questão de caridade ou de assistência social. Ela é um direito inalienável do ser humano (...)”*

Dom Mauro Morelli

## RESUMO

Insegurança Alimentar e Nutricional caracteriza-se pela dificuldade ou interrupção no acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente por populações, grupos, famílias ou indivíduos, violando o direito humano à alimentação adequada. Vários são os fatores que contribuem para essa condição, dentre eles a dificuldade de acesso a terra e produção de alimentos. No Brasil existem milhões de pessoas sem acesso diário a alimentos com qualidade e em quantidade satisfatória, sendo a área rural a mais afetada por esta condição. Partindo desse cenário a presente pesquisa buscou identificar e compreender as causas do processo de segurança/insegurança alimentar na região sul de Minas Gerais. Utilizou-se do método do estudo de caso comparativo em 4 comunidades rurais no município de Nepomuceno. Por meio das técnicas de entrevistas, análise documental e aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) buscou-se interpretar o modo como as famílias utilizam a terra para a produção de alimentos, para o autoconsumo e como percebem seu cotidiano alimentar. Como resultados observou-se que grande parte dos entrevistados (80%) produzem alimentos para consumo, porém não há grande diversidade nos alimentos cultivados nas hortas, o que pode refletir em baixa qualidade da alimentação dessas famílias. Em relação à Insegurança Alimentar, avaliada através da EBIA, 30% das famílias entrevistadas encontram-se nesta situação, mas sem se compreenderem que vivem efetivamente uma situação de risco.

**Palavras-chave:** Insegurança alimentar. Nutrição. Populações rurais.

## **ABSTRACT**

Food and Nutritional Insecurity is characterized by the difficulty or interruption in access to quality food and in sufficient quantity by populations, groups, families or individuals, violating the human right to adequate food. Several factors contribute to this condition, among them the difficulty of access to land and food production. In Brazil, there are millions of people who do not have access to food of sufficient quality and quantity, and the rural area is most affected by this condition. Based on this scenario, the present research sought to identify and understand the causes of the food insecurity / security process in the southern region of Minas Gerais. The comparative case study method was used in 4 rural communities in the municipality of Nepomuceno. Through interviews, documentary analysis, non-participant observation and the application of the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA), the aim was to interpret the way in which families use land for food production, for self consumption and, as they perceive their Everyday food. As preliminary results, it was observed that a large part of the interviewees (80%) produce food for consumption, but there is not great diversity in the food grown in the gardens, which may reflect in poor quality of food of these families. Regarding Food Insecurity evaluated through the EBIA, 30% of the families interviewed are in this situation, but without understanding that they are effectively living in a situation of risk.

**Keywords:** Food insecurity. Nutrition. Rural populations.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Esquema da pesquisa.....	23
Figura 2	Localização do Município (Mapa).....	25
Gráfico 1	População residente, por situação do domicílio e sexo – 2010.	26
Gráfico 2	População residente, por grupos de idade – 2010.....	26
Gráfico 3	Rendimento domiciliar per capita – 2010.....	27
Quadro 1	Categorias de Análise Utilizadas nesta Dissertação.....	24
Quadro 2	Caracterização dos entrevistados.....	29
Quadro 3	Características dos entrevistados, tipo de imóvel e produção de alimentos para consumo familiar.....	35
Quadro 4	Atividade produtiva das famílias entrevistadas.....	41

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
	<b>CAPÍTULO 1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.</b>	<b>15</b>
	<b>CAPÍTULO 2 ESTUDO DE CASO – NEPOMUCENO/MG.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1</b>	<b>Percurso metodológico.....</b>	<b>20</b>
<b>2.2</b>	<b>Caracterização do Município de Nepomuceno.....</b>	<b>24</b>
<b>2.3</b>	<b>Caracterização dos sujeitos – informantes da pesquisa.....</b>	<b>28</b>
	<b>CAPÍTULO 3 (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA ÁREA RURAL.....</b>	<b>33</b>
<b>3.1</b>	<b>Acesso à terra.....</b>	<b>34</b>
<b>3.2</b>	<b>Acesso à educação.....</b>	<b>37</b>
<b>3.3</b>	<b>Renda.....</b>	<b>41</b>
<b>3.4</b>	<b>Acesso às políticas públicas.....</b>	<b>43</b>
	<b>CAPÍTULO 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>
	<b>ANEXO.....</b>	<b>52</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, em seu artigo 3º define o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil:

“A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (LOSAN, 2006).

A dificuldade ou interrupção no acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, por populações, grupos, famílias ou indivíduos, violando o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), caracteriza-se como Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN). De acordo com o último relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2017), “O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo 2017”, estima-se que 815 milhões de pessoas no mundo convivem com a restrição alimentar (fome).

O Brasil, desde 2014, encontra-se fora do mapa mundial da fome, mas ainda com prevalência de cerca de 52 milhões de pessoas sem acesso diário a alimentos de qualidade e em quantidade satisfatória, segundo o suplemento de Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizado em 2013. De acordo com o mesmo estudo, a prevalência de SAN foi maior em domicílios da área urbana em relação a rural (IBGE, 2014), ou seja, a

área rural concentra o maior número de domicílios com indivíduos em situação de INSAN.

Entre as condições que contribuem para o problema da INSAN destacam-se, na literatura, a baixa escolaridade e renda, dificuldade de acesso a terra e, conseqüentemente, de produção de alimentos (MARIN-LEON, 2011; ANSCHAU, 2012; MORAIS, 2013). Partindo desse contexto, o presente estudo buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais são as causas que levam as famílias rurais à situação de Segurança ou Insegurança Alimentar e Nutricional?

Objetivou-se, portanto, identificar e analisar os aspectos que influenciam na situação de SAN entre famílias rurais do município de Nepomuceno, sul de Minas Gerais. Constituíram os objetivos específicos da pesquisa: I) Descrição do perfil da população abordada referente; II) Percepção dos sujeitos em relação ao seu cotidiano alimentar; III) Identificação dos aspectos que envolvem e que levam as famílias rurais à situação de INSAN; e IV) Sugestões de ações para se garantir a SAN a partir da realidade da região.

Por meio do acesso a informações sobre a situação de INSAN no Brasil, através das PNADs (2004, 2009 e 2013), em especial no que se refere à maior prevalência desta situação em zonas rurais, reforça-se a importância de investigações acerca das causas que levam à restrição alimentar nesses locais e por essas famílias que possivelmente dispõem de terras para o plantio de alimentos. As respostas poderão contribuir para um melhor planejamento de ações e de políticas públicas específicas para essas populações.

A escolha do local de estudo, áreas rurais do município de Nepomuceno, partiu do interesse da pesquisadora em identificar se as famílias rurais da região sul de Minas Gerais refletem os resultados das pesquisas (PNADs) os quais afirmam que a INSAN prevalece nas áreas rurais. Devido a extensa área rural de Nepomuceno, e pelo fato de a cafeicultura ser responsável por 70% da economia

do município, justifica-se uma investigação acerca das causas que levam famílias à restrição alimentar no campo.

As comunidades foram escolhidas pela facilidade de acesso e contato com os moradores através de líderes comunitários, constituindo em amostragem não probabilística por conveniência. Outro fator que contribuiu para a escolha das comunidades foram as características de cada uma, como o tipo de povoamento (vilarejo/concentrado ou casas mais afastadas/disperso) e pela distância e proximidade (foram visitadas duas comunidades próximas da cidade e duas distantes).

Como hipótese de pesquisa, a pesquisadora partiu do pressuposto que mesmo com terras cultiváveis na área de estudo, as famílias vivem um processo de INSAN.

O desenvolvimento do presente estudo será apresentado da seguinte forma: O capítulo 1 abordará sobre a SAN, que constituirá o referencial teórico deste estudo; No capítulo 2 será apresentado o estudo de caso realizado em comunidades rurais do município de Nepomuceno com a metodologia utilizada, caracterização da região, de seus sujeitos e da percepção dos mesmos em relação à alimentação e INSAN. No capítulo 3 será apresentada a análise dos dados e no capítulo 4 serão apresentadas as considerações finais sobre o processo de INSAN na região bem como sugestões de ações e medidas a serem tomadas na elaboração de políticas públicas.

## **CAPÍTULO 1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é lei no Brasil (Lei nº 11.346) e foi sancionada no dia 15 de setembro de 2006, criando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), o que deixou evidente a atenção despertada pelo tema na sociedade e a capacidade da mesma na elaboração de novas propostas para a Política Nacional. A Lei representa a criação de um conceito abrangente e intersetorial da SAN, bem como dois princípios que a orientam: O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a Soberania Alimentar. O entendimento de que a SAN é um direito humano fundamental representa um avanço para vencer a fome, a desnutrição e outras mazelas que ainda prevalecem no País, e também abre a possibilidade para que qualquer brasileiro que esteja privado desse direito possa cobrar do Estado medidas que modifiquem esta situação. Da mesma maneira, vincular o princípio da Soberania Alimentar à SAN é reconhecer o direito do povo de escolher livremente o que vai produzir e consumir de alimentos (CONSEA, 2006).

O princípio da Soberania Alimentar foi inicialmente postulado pela Via Campesina Internacional e é caracterizado como “*o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e o direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo.*” (MEIRELLES, 2004). Apesar deste direito ser incontestável e exigível, o modelo de desenvolvimento adotado de maneira hegemônica pouco tem colaborado para seu alcance (MEIRELLES, 2008).

Para que o DHAA seja de fato realizado, almeja-se de todos os níveis federativos a adoção de políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição, acesso, consumo de alimentos seguros e de qualidade, promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável. A cobrança de direitos, a partir da

participação e controle social das ações públicas, devem ser estimuladas para que o poder público respeite, proteja, promova e possa prover os direitos humanos. Este processo é conhecido por empoderamento e a sua utilização conjunta com instrumentos de exigibilidade são imprescindíveis para cobrar a realização de Direitos Humanos, econômicos, sociais e culturais, e para garantir que os poderes públicos sejam mais justos e eficazes na realização dos direitos básicos (ABRANDH, 2013).

Nas últimas décadas, observou-se, em várias localidades do mundo, um aumento significativo das pesquisas sobre a temática da SAN que abordam questões como o diagnóstico de populações vulneráveis à restrição alimentar, seus determinantes e consequências para a saúde e bem-estar (ANSCHAU, 2012; ABRANDH, 2013).

A partir dos anos 2000, iniciou-se no Brasil com mais intensidade as discussões sobre o combate à fome e à pobreza. Foi um momento em que a sociedade civil passou a exigir, com mais força dos governantes, a formulação e implantação de políticas de SAN que fossem mais abrangentes e eficazes (AMARAL, 2016). A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) considera que o Brasil, a partir de 2003, vem obtendo bons resultados com a implantação de ações estratégicas, especialmente no que diz respeito à INSAN e à desnutrição:

“O Brasil realizou grandes avanços na governança da segurança alimentar e nutricional ao longo da última década. Avanços significativos na diminuição da pobreza e da fome demonstram o êxito dessa abordagem intersetorial, participativa e bem coordenada” (FAO, 2014, p. 9).

O atual conceito de SAN presente na Lei nº 11.346, e que fundamenta este estudo, constitui um significado bastante abrangente, de natureza

interdisciplinar, envolvendo questões como o acesso a alimentos de qualidade, práticas alimentares saudáveis, práticas de produção sustentáveis, cidadania e direitos humanos. A conceituação brasileira de SAN ainda se destaca por defini-la em termos de qualidade e quantidade de alimentos adequados para toda a população, incluindo todas as classes sociais, sem excluir do âmbito de ações requisitadas as classes menos vulneráveis socioeconomicamente (KEPPLE, 2011).

Sabe-se que a construção do conceito brasileiro de SAN, assim como as políticas da área, deriva de anos de discussões, embates, experiências e pesquisas (AMARAL, 2016). Apesar disso, foi somente em fevereiro de 2010, por meio da aprovação da Emenda Constitucional nº 64/2010, que a alimentação se tornou um direito social no Brasil.

Para a compreensão do fenômeno de SAN, existem diversos indicadores e instrumentos de mensuração em diversas áreas. Dentre estes, destaca-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), validada para a realidade brasileira em 2004 e utilizada pelo IBGE deste então em todas as versões da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

De acordo com Kepple e colaboradores (2011), o propósito da EBIA é o de mensurar, diretamente, a percepção de INSAN e fome em nível domiciliar, o que permite a estimativa de sua prevalência na população, representando uma ferramenta com significativa contribuição para a medida da dimensão do acesso aos alimentos que ganhou força em nível internacional.

Por meio de (quatorze) perguntas centrais fechadas sobre a experiência nos últimos três meses de insuficiência alimentar em diferentes níveis de intensidade, a EBIA possibilita identificar a prevalência de segurança/insegurança alimentar e nutricional, podendo variar de situações leves de INSAN (como a preocupação de que a comida possa vir a faltar), até situações mais graves em que um adulto ou criança do domicílio vive restrições

de acesso aos alimentos, chegando mesmo a passar um dia todo sem se alimentar (ANSCHAU, 2012). É um instrumento que por questionar o acesso à alimentação no cotidiano, remete os entrevistados aos aspectos simbólicos, culturais e sociais que envolvem a alimentação, mas não substitui outros instrumentos indiretos para a mensuração da vulnerabilidade à situação de INSAN, como a renda e outras condições sociais ligadas à pobreza (MARIN-LEON, et al. 2011).

Apesar de existirem propostas de versões reduzidas da EBIA, contendo sete ou cinco perguntas apenas, e apresentadas no estudo de Santos e colaboradores (2014), a pesquisadora optou por utilizar a versão com quatorze questões visto que as outras versões ainda não foram validadas.

De acordo com Sampaio et al. (2006), para os integrantes de grupos focais realizados no processo de validação da EBIA, o conceito de SAN está diretamente relacionado ao acesso, às condições de trabalho, saúde, educação, habitação e renda: condições estas que dignificam a condição humana e garantem o direito à alimentação adequada.

A partir da associação dos instrumentos de mensuração da SAN, a INSAN pode ser detectada através de diferentes manifestações, desde a fome, desnutrição e carências específicas, como também pelo excesso de peso e doenças relacionadas à má alimentação (BARRETO, 2005). Uma alimentação inadequada, caracterizada muitas vezes por excesso na ingestão de calorias, principalmente calorias vazias, e pelo desequilíbrio de nutrientes também leva à situação de INSAN (MORAIS, 2013).

No Brasil, através de dados das PNADs, desde 2004 quando a EBIA foi utilizada pela primeira vez pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com a finalidade de gerar informações específicas e estatísticas oficiais sobre a temática que até então eram inexistentes, observa-se maior prevalência de INSAN moderada ou grave nos domicílios que possuem baixa renda mensal

per capita, situados em áreas rurais, com presença de pelo menos um morador menor de 18 anos, e naqueles onde a pessoa de referência era uma mulher, com baixa escolaridade e cor autorreferida negra (preta ou parda).

A vulnerabilidade à situação de INSAN da população brasileira é observada, principalmente, nos domicílios de baixa renda (HOFFMANN, 2008; SALLES-COSTA, et al., 2008). Na atual realidade do país, assim como já considerado anteriormente em estudo realizado em 2008 por ANSCHAU e colaboradores, considera-se que seja muito difícil para uma família sair da situação de extrema pobreza sem auxílio estatal. O que reforça a importância das políticas públicas de SAN para a melhoria da qualidade de vida dessas famílias.

Observa-se também que nas famílias com arranjos de poucos moradores, apesar desse fato significar baixo rendimento familiar total, geralmente são as que possuem maiores recursos disponíveis para a alimentação. No estudo de Marin-Leon (2011) observa-se maior risco de INSAN moderada e grave nos domicílios contendo seis ou mais moradores, tanto em zona urbana como rural.

Portanto a Segurança/Insegurança Alimentar e Nutricional deve ser avaliada em nível familiar, utilizando diferentes indicadores, já que cada um avalia uma vertente desse fenômeno complexo e multifacetado. Nesta pesquisa, além da aplicação da EBIA, foi utilizado um roteiro semiestruturado com questões abertas e fechadas (Apêndice A) para obtenção de mais informações da população estudada contendo os seguintes tópicos: dados pessoais, condições de habitação e acesso à terra, alimentos e alimentação e expectativas. Alguns dados obtidos através destes instrumentos de pesquisa serão apresentados a seguir, no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 2 ESTUDO DE CASO – NEPOMUCENO/MG**

### **2.1 Percurso metodológico**

O estudo sobre (In)segurança Alimentar e Nutricional de famílias rurais, utilizando como método de investigação a Pesquisa Qualitativa, foi realizado no município de Nepomuceno, sul de Minas Gerais (MG), especificamente nas comunidades rurais conhecidas como Sabará, Santo Antônio do Cruzeiro (Trumbuca), Bela Vista e Retiro. As comunidades foram escolhidas pela facilidade de acesso aos moradores através da articulação de líderes comunitários e por características como o tipo de povoamento e distância/proximidade em relação à cidade.

O primeiro contato com as famílias aconteceu no período de janeiro a maio de 2017 por meio de visitas domiciliares e quando não era possível a realização do contato nas casas das famílias, estes foram realizados em locais públicos como postos de saúde, escolas e igrejas das comunidades, com as pessoas presentes nestes locais e que aceitaram participar da pesquisa.

É válido destacar que a presente pesquisa se enquadra na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes [...], na forma definida nesta Resolução. Considerando que pela resolução não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: [...] VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito.

A população do estudo foi composta por 20 famílias residentes na zona rural do município de Nepomuceno-MG. A escolha das famílias aconteceu por

indicação: ao final da entrevista em domicílio, a família entrevistada sugeria outra para visita até que as respostas atingiam um nível de repetição, utilizando assim a técnica metodológica conhecida por “bola de neve” (amostragem não probabilística por conveniência).

Foi elaborado, pelas próprias pesquisadoras, um roteiro semiestruturado com base na literatura científica sobre o tema. Este instrumento, composto por perguntas abertas e fechadas, foi utilizado por meio de entrevistas com os participantes da pesquisa para complementar e enriquecer os dados coletados pela EBIA.

Utilizamos o método do estudo de caso comparativo em quatro comunidades rurais. Para Martins (2008)

“Mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração em uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa” (MARTINS, 2008, p.11).

Assim, por meio das técnicas de pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevistas semiestruturadas, aplicação da EBIA e com o apoio de dados e relatórios técnicos de órgãos de pesquisa ligados à temática, buscou-se interpretar o modo como as famílias utilizam a terra para a produção de alimentos, para o autoconsumo e como percebem seu cotidiano alimentar.

Os dados coletados pelos instrumentos utilizados (EBIA e roteiro) foram sistematizados e geraram alguns resultados que, inicialmente, foram apresentados aos alunos da disciplina “Tópicos Avançados em Nutrição e Saúde Pública” do departamento de Nutrição da Universidade Federal de Lavras, no dia 22 de maio de 2017. Durante a apresentação os alunos fizeram

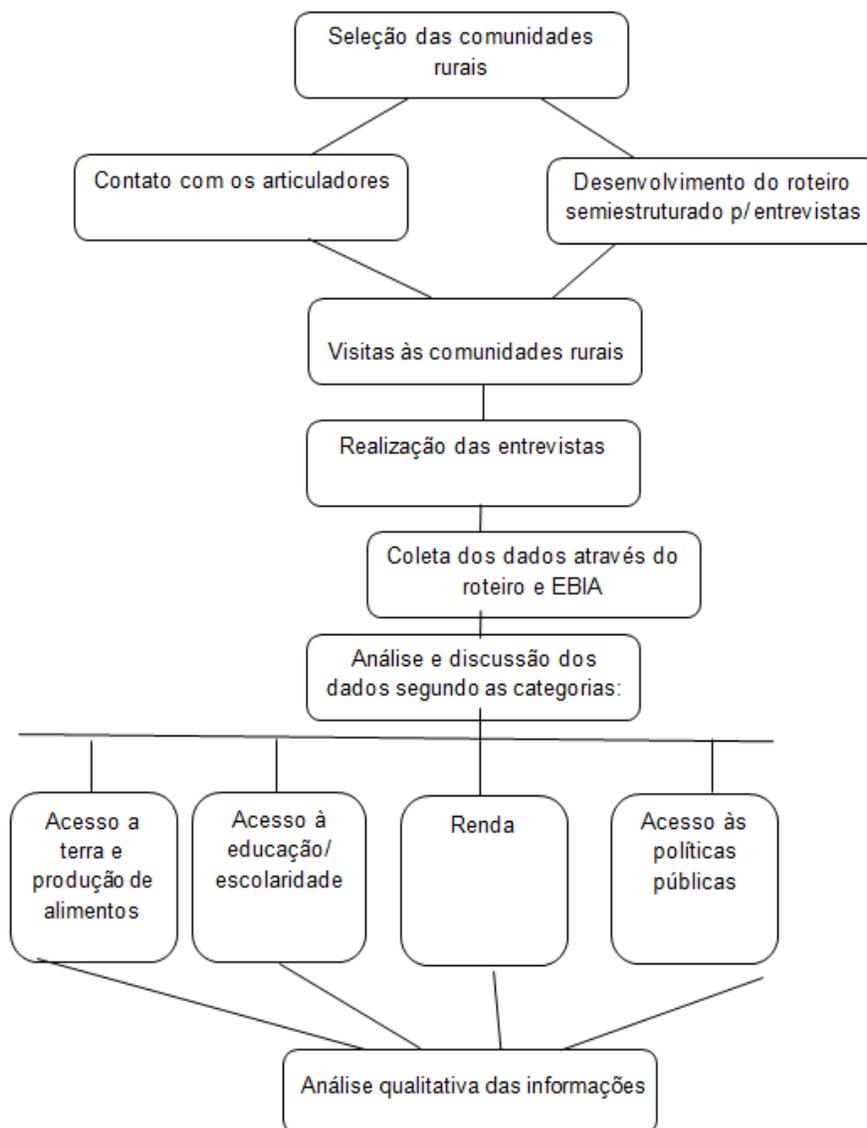
questionamentos importantes e construíram relatos que foram relevantes para a construção da análise desta dissertação.

Alguns resultados preliminares também foram apresentados em dois eventos científicos, sendo eles: 9º Encontro Sabores & Saberes, que aconteceu nos dias 30 e 31 de agosto de 2017, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ, e III Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, nos dias 8, 9 e 10 de novembro de 2017, na Universidade Federal do Paraná – PR. O intuito da apresentação dos resultados preliminares desta pesquisa nos eventos foi o de receber sugestões, críticas e trocar conhecimentos e experiências com pesquisadores da mesma área temática para melhor análise dos dados coletados.

Em agosto de 2017, durante a disciplina “Qualificação”, ocorreu a apresentação desta pesquisa ao Programa de Pós-Graduação ao qual é vinculada. Após avaliação da banca, foi sugerido que a pesquisadora voltasse ao campo de estudo para coleta de dados importantes que não foram abordados na primeira rodada de entrevistas (metodologia qualitativa de entrevista em profundidade). O segundo contato com as famílias rurais aconteceu em fevereiro de 2018. Posteriormente, os dados coletados foram analisados e serão apresentados adiante.

A condução da pesquisa, buscando um melhor entendimento e visualização, é demonstrada no esquema a seguir:

Figura 1 – Esquema da pesquisa.



Fonte: Dados da autora (pesquisa).

Para cada questão analisada, do roteiro utilizado, foram obtidos os seguintes resultados distribuídos nas categorias de análise abaixo:

Quadro 1 – Categorias de Análise Utilizadas nesta Dissertação.

<b>Categorias de análise</b>	<b>Resultados</b>
Acesso à terra e produção de alimentos	Uma parcela importante dos entrevistados reside em imóveis cedidos e não plantam suficientemente para o consumo familiar.
Acesso à educação	A maioria dos entrevistados possuem baixa escolaridade. Apenas quatro pessoas relataram ter o ensino médio completo.
Renda	As famílias entrevistadas são, em sua maioria, de baixa renda.
Acesso às políticas públicas de SAN	O município não conta com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), assim como não possui bancos de alimentos ativo. Os entrevistados relataram não receber o benefício Bolsa Família e não serem referenciados pelos serviços de assistência social e de saúde. A única política pública da qual os entrevistados demonstraram conhecimento é sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Fonte: Dados da autora.

## 2.2 Caracterização do Município de Nepomuceno

O Município de Nepomuceno localiza-se no sul do Estado de Minas Gerais, na mesorregião do Campo das Vertentes e microrregião de Lavras. Encontra-se a 11 Km da Rodovia Fernão Dias, BR 381 que liga os Estados de Minas Gerais e São Paulo, sendo distante 233 Km da capital do Estado de MG. Desta forma, possui ligação através de rodovias pavimentadas com as principais capitais do País e cidades vizinhas.

Figura 2- Localização do Município (Mapa).



Fonte: IBGE 2010.

A colonização do território onde está localizado o município de Nepomuceno teve início no século XVIII, na Fazenda Congonhal, obtida por sesmaria. O proprietário da Fazenda, Capitão Mateus Luís Garcia, ergueu uma capela em honra a São João Nepomuceno onde, no dia 6 de março de 1776, foi celebrada a primeira missa e realizado o primeiro batizado. Ao redor da capela formou-se o primeiro núcleo que deu origem ao povoado de São João Nepomuceno. A região se desenvolvia à medida em que se fixavam novos agricultores.

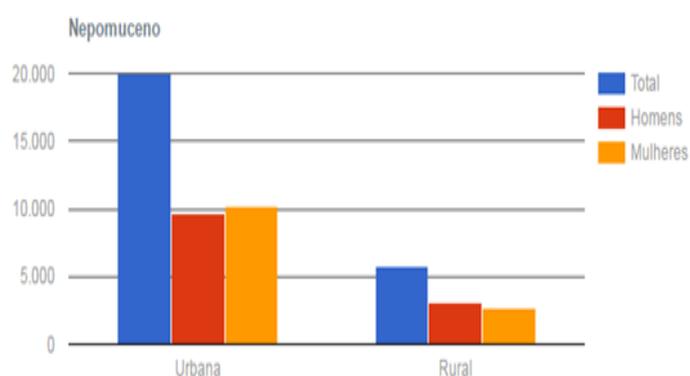
O nome Nepomuceno deriva de NepomuK, uma cidade de Boêmia, na Tchecoslováquia que em 1383 foi São João Nepomuceno ali martirizado por ordem do Rei Venceslau IV. “Espreado-se a Fazenda do Congonhal, cruzamento das antigas estradas de Passos a Formiga e Lavras, surgiu o Arraial de São João Nepomuceno, incorporado à Paróquia de Lavras do Funil.”

No dia 30 de agosto de 1911, Nepomuceno obteve sua emancipação política administrativa, estabelecendo-se como município através da Lei Estadual nº 556, de 30 de agosto de 1911, sancionada pelo Exmo. Sr. Presidente

do Estado de Minas Gerais, Dr. Júlio Bueno Brandão. Em 20 de abril de 1936 torna-se comarca.

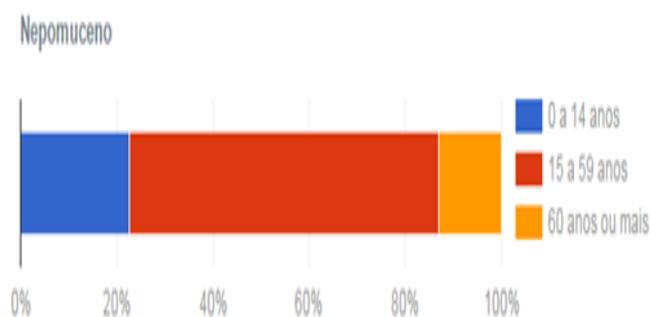
A população do município, com base no último Censo realizado em 2010, era de 25.733 habitantes, sendo 19.936 na zona urbana e 5.797 na zona rural. A estimativa para o ano de 2016 foi de 26.977 habitantes.

Gráfico 1 – População residente, por situação do domicílio e sexo – 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Gráfico 2 – População residente, por grupos de idade – 2010.

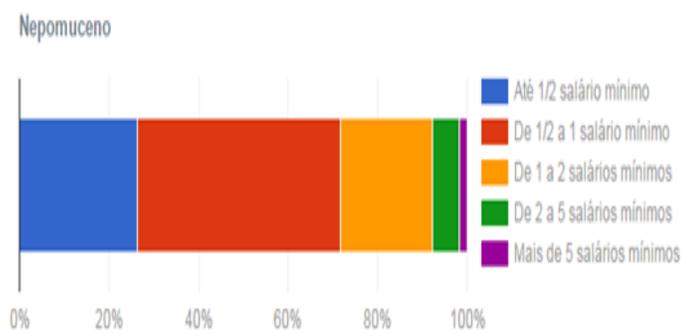


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A cafeicultura é responsável por 70% da economia do município, que também produz milho, arroz e feijão para consumo. A avicultura contribui significativamente com o quadro econômico, pois no município encontra-se instalado um dos maiores aviários do Estado, o Aviário Santo Antônio, sendo um grande exportador de ovos e aves. O rebanho bovino, leiteiro e para corte, também apresenta valor considerável na economia do município. A produção industrial é representada por micro empresas da área de Confecções. Já no setor do comércio, as empresas são bem diversificadas. É importante considerar, quando analisamos os aspectos econômicos do município, a sua notável capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura.

No município, de acordo com dados do último Censo Demográfico, em agosto de 2010 a população total era de 25.733 habitantes, dos quais 859 se encontravam em situação de extrema pobreza (com renda domiciliar per capita abaixo de R\$70,00). Do total de extremamente pobres, 450 (52,4%) viviam no meio rural.

Gráfico 3 – Rendimento domiciliar per capita – 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

De acordo com os registros do Cadastro Único de março de 2018 do Programa Bolsa Família, o município conta 1.044 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

### **2.3 Caracterização dos sujeitos – informantes da pesquisa**

Para a realização deste estudo, contou-se com as informações prestadas por moradores das comunidades rurais de Nepomuceno, assim como de técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) e da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município, a partir da realização de entrevistas (20 entrevistas individuais semiestruturadas) com representantes de famílias que residem no meio rural, de 27 a 71 anos de idade, provenientes das quatro comunidades rurais visitadas: Sabará, Santo Antônio do Cruzeiro, Bela Vista e Retiro, conforme pode ser observado no quadro 2 (a seguir).

Buscou-se informações sobre as comunidades do município no que diz respeito à localização, número de famílias, características principais de cada uma (liderança, produção, dentre outros). Uma servidora técnica da EMATER informou por telefone que existem comunidades formalizadas e não formalizadas no município. São 12 formalizadas, em média 25 a 30 comunidades no município, contendo em média, cada uma, 30 famílias.

Para a pesquisa, foram contactadas 20 famílias através de líderes comunitários, sendo importante destacar que, nas visitas domiciliares, sempre fomos recebidas por mulheres, estas estavam no lar cuidando dos filhos, da casa e da horta, enquanto os homens estavam no trabalho do campo.

Os entrevistados foram divididos entre adultos e idosos, considerando adulta a pessoa na faixa etária dos 18 aos 60 anos, tomando como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que considera o fim da

adolescência aos 18 anos, e o Estatuto do Idoso (2003), que define a pessoa idosa aquela que tem 60 anos ou mais (BRASIL, 1990; BRASIL, 2003). Portanto, na faixa etária dos adultos tivemos 18 entrevistados, de 27 a 60 anos; E na faixa etária dos idosos, tivemos apenas 2 indivíduos entrevistados. Dentre estes informantes, na primeira rodada de entrevistas foram entrevistadas somente mulheres, e na segunda rodada 2 homens. Os entrevistados foram selecionados de forma intencional, com o auxílio de lideranças das comunidades, segundo critérios previamente definidos.

Quadro 2 – Caracterização dos entrevistados.

<b>Cód</b>	<b>Paisagem</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>E. civil</b>	<b>Religião</b>	<b>Edu.</b>
F1	Com. Sabará	F	35	Casada	Católica	2º Grau Completo
F2	Capitinga (Com. Sabará)	F	43	Casada	Católica	Até 5ª série
F3	Faz. Ouro Verde (Com. Sabará)	F	29	Solteira	Católica	Até 4º ano
F4	Faz. Ouro Verde (Com. Sabará)	F	39	Casada	Evangélica	Até 5º ano
F5	Faz. Ouro Verde (Com. Sabará)	F	40	Solteira	Evangélica	E.J.A.
F6	Faz. Mandembo (Com. Santo Antônio do Cruzeiro-S.A.C.)	F	33	Casada	Católica	E.M. Completo
F7	S. A. C.	F	34	Casada	Católica	Até 7ª série
F8	S. A. C.	F	39	Solteira	Católica	Até 6º ano
F9	S. A. C.	F	34	Casada	Católica	Até 8ª série
F10	S. A. C.	F	27	Casada	Católica	2º grau completo
F11	S. A. C.	F	35	Solteira	Católica	Até 6ª série

F12	Lagoa (Com. Retiro)	F	40	Casada	Católica	Ens. Fund. Completo
F13	Faz. Bela Vista	F	33	Casada	Evangélica	Até 4º ano
F14	Faz. Cuiabano (Com. Bela Vista)	F	37	Solteira	Católica	Até 8º ano
F15	Com. Retiro	F	71	Casada	Católica	Até 7ª série
F16	Sítio São José (Com. Retiro)	F	55	Casada	Católica	Até 2º científico
F17	Sítio Água Limpa (Com. Retiro)	F	53	Casada	Católica	Até 4ª série
F18	Sítio Bella Donna (Com. Retiro)	F	65	Casada	Católica	Até 6ª série
F19	Com. Capoeirinha	F	51	Viúva	Católica	Até 4ª série
F20	Com. Congonhal	F	51	Casada	Presbiteria na	Até 4ª série

Fonte: Dados da autora (pesquisa).

As entrevistas da primeira rodada foram realizadas no período compreendido entre 3 de janeiro e 15 de maio de 2017. E a volta à campo para as entrevistas em profundidade aconteceu no dia 17 de fevereiro de 2018. As entrevistas foram transcritas para posterior análise.

No que se refere ao estado civil das entrevistadas no momento da entrevista, cinco se declararam solteiras, porém apenas uma não tinha filhos, enquanto 14 eram casadas e todas tinham filhos e uma viúva também com filhos.

Quanto à fé professada, a grande maioria se declarou como sendo católica, apenas três da igreja evangélica e uma da presbiteriana. Embora o perfil religioso brasileiro venha demonstrando redução no número de católicos, estes

ainda prevalecem, tendo passado de 73,6% em 2000 para 64,6% em 2010, segundo dados do IBGE.

Em relação à escolaridade notou-se que as entrevistadas não terminaram os estudos, em sua grande maioria (ensino fundamental incompleto). Apenas quatro pessoas possuem ensino médio completo (idem 2º grau completo), sendo que uma delas concluiu o ensino médio por meio da educação de jovens e adultos – EJA. Nenhuma das entrevistadas possui curso superior.

Em relação à constituição das famílias entrevistadas, quatro delas possuem 6 ou mais moradores no domicílio. Treze famílias possuem membros menores de 18 anos e a presença de idosos na constituição familiar foi observada em apenas 4 famílias. Em alguns estudos observa-se que o aumento no número de moradores no domicílio e a presença de menores de 18 anos, aumentam a situação de INSAN.

Apesar disso, verificou-se por meio da EBIA, que seis famílias entrevistadas encontram-se em INSAN, ou seja, apesar de estarem em área rural muitas vezes não podem plantar, pois vivem em propriedades de outras pessoas que não permitem esta condição. Por esse motivo, alguns relataram se deslocar até as cidades para a compra de alimentos para consumo. Observou-se, ainda neste primeiro contato, que as famílias que não plantam seus próprios alimentos são as que estão vivendo a INSAN.

Sabe-se que plantar o que se come aumenta a SAN entre famílias rurais e urbanas, pois, de acordo com o estudo de Dombek (2006), essa forma garante o acesso aos alimentos, total ou parcialmente, pela produção para o autoconsumo.

Na região estudada verifica-se em várias famílias a impossibilidade de plantar por proibição do proprietário das grandes fazendas onde reside parte das pessoas entrevistadas, isto faz com que a família aumente o consumo de alimentos industrializados, pois têm que se deslocar para a cidade para fazer as

compras de alimentos nos supermercados, aumentando o consumo de alimentos processados e ultraprocessados, diminuindo assim a variedade dos alimentos in natura ingeridos. Este fato está em consonância com o trabalho de Reinaldo et. al. (2015), que considera o abandono do alimento local e a aderência aos alimentos industrializados, muitas vezes com altos teores de açúcares e gorduras, um risco a saúde humana, sendo estes uns dos itens principais no aumento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis.

### **CAPÍTULO 3 (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA ÁREA RURAL**

Para analisar os dados desta pesquisa, alguns passos foram imprescindíveis para a organização e classificação dos dados. Sendo assim, as entrevistas realizadas a campo foram transcritas para melhor compreensão. Posteriormente, num entrelace entre a teoria e o campo, foram definidas as categorias de análise.

O método utilizado foi a Análise de Conteúdo, que é usado com frequência em pesquisas empíricas realizadas nas ciências humanas e sociais. Bardin (2009) define esse método como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando (sic) obter (sic) por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 44).

Num primeiro momento, as falas foram agrupadas em 11 categorias, sendo elas: renda, religião, alimentação, trabalho, escola, gênero, terra, saneamento, água, futuro, qualidade de vida. Posteriormente, tomando os relatos dos sujeitos e a ênfase dada por eles em determinados aspectos, sistematizamos quatro categorias.

Assim, quatro categorias apresentarão os dados desta pesquisa, sendo elas: **acesso à terra; acesso à educação; renda; acesso às políticas públicas**. Elas serão apresentadas a seguir.

### 3.1 Acesso à terra

Inicialmente, para analisar as questões relacionadas ao acesso à terra nas comunidades estudadas, as famílias entrevistadas foram divididas segundo posse da terra em: i) Famílias com imóvel próprio e ii) Famílias com imóvel cedido.

Através desta classificação, tem-se que dentre as 20 famílias entrevistadas, seis vivem em imóvel cedido, sendo que todas estas famílias estão inseridas em grandes propriedades/fazendas produtoras de monoculturas como o café, milho, feijão e soja e criação de gado. Das 14 famílias que possuem imóvel próprio, observou-se que a utilização da terra se dá de forma mais variada em grande parte delas (11 famílias), apesar de algumas produzirem também as monoculturas supracitadas, também produzem outras variedades: frutas, tubérculos, legumes, leguminosas, verduras, cereais e algumas famílias possuem ainda criações de animais como frango, codorna e suínos. As outras 3 famílias, apesar de possuírem o imóvel rural, não produzem variedades ou simplesmente não plantam em suas terras para o autoconsumo familiar, sendo que 2 famílias plantam apenas monocultura (milho, feijão e café) e nada para consumo próprio e a outra produz somente feijão esporadicamente para consumo.

No estudo de Grisa e Schneider (2008), onde a produção de alimentos para o autoconsumo prevaleceu em todos os 238 estabelecimentos pesquisados, os autores observaram que existe a percepção de que a produção para o autoconsumo familiar é uma maneira que garante economia de recursos financeiros, além de ser uma importante fonte de garantia da SAN por proporcionar o acesso e alimentos de qualidade.

Das seis famílias que vivem em imóvel cedido, apenas uma não planta alimentos para o autoconsumo familiar. Apesar de a terra não ser própria, estas famílias possuem hortas, em sua maioria, porém com baixa variedade de alimentos e algumas aparentam ausência de cuidados. O tempo para o cuidado

das hortas é escasso devido à carga horária de trabalho na fazenda, o que pode justificar também a pouca variedade de alimentos produzidos por estas famílias. Outro fator observado, e importante de ser destacado, é que alguns padrões não permitem a produção de alimentos ou criação de animais por seus funcionários em suas terras. Assim, a produção para autoconsumo, neste caso, não garante totalmente a SAN destas famílias.

Pode-se analisar, no quadro a seguir, o tipo de imóvel de cada família e se utilizam ou não a terra para produção de alimentos para consumo:

Quadro 3 – Características dos entrevistados, tipo de imóvel e produção de alimentos para consumo familiar.

<b>Código de identidade</b>	<b>Tipo do imóvel</b>	<b>Plantam para consumo</b>
F1	Cedido	Sim
F2	Próprio	Sim
F3	Cedido	Não
F4	Cedido	Sim
F5	Cedido	Sim
F6	Próprio	Sim
F7	Próprio	Sim
F8	Próprio	Não
F9	Próprio	Sim
F10	Próprio	Sim
F11	Próprio	Não
F12	Próprio	Sim
F13	Cedido	Sim
F14	Cedido	Sim
F15	Próprio	Sim
F16	Próprio	Sim
F17	Próprio	Sim
F18	Próprio	Sim
F19	Próprio	Não
F20	Próprio	Sim

Fonte: Dados da autora ( pesquisa).

Nas entrevistas as famílias tiveram a oportunidade de relatar sobre o interesse dos filhos em permanecer na área rural e os motivos pela opção da permanência ou da não permanência. Dentre as 9 famílias que manifestaram intenção positiva dos filhos em permanecer na terra, 7 possuem imóvel próprio. Das 10 famílias que relataram que seus filhos não pretendem ficar na terra, 6 residem em imóvel próprio. Uma família não soube responder a questão.

A falta do acesso à terra não é fator único para o deslocamento dos jovens do campo. Ausência de voz relacionada à tomada de decisões e a exclusão nos lotes da família são alguns dos fatores intrínsecos à decisão de abandonar o campo (OLIVEIRA, et al., 2014).

Portanto, o fator para a não permanência no campo nas comunidades estudadas, em sua maioria, não está relacionada necessariamente à posse da terra, e sim pela ausência de acesso a outras necessidades essenciais como educação, saúde e emprego nessas comunidades, como se pode exemplificar com a fala de uma das entrevistadas:

“Quero ir para a cidade. No caso de doença na roça é difícil. Tenho vontade de ir para voltar a estudar, sonho fazer veterinária. Não vou para não largar os meus pais.” (mulher solteira, 37 anos, reside em imóvel cedido).

A questão que se sobrepõe, então, não é a posse ou não da terra, como hipótese da pesquisadora. A ausência da educação no campo é um dos fatores decisivos para a não permanência na terra ou pela ausência temporária para estudar, como relatado na fala a seguir:

“Meu filho gosta de roça. Ele tem vontade de fazer agronomia e tem intenção de voltar para a roça depois que

estudar.” (mulher casada, 43 anos, reside em imóvel próprio).

A falta de oportunidades para o futuro dos filhos também se mostrou presente em uma das falas. Neste caso, verifica-se que a posse da terra tem influência na decisão da permanência ou não.

“Meus filhos não pretendem ficar na terra. Aqui não tem serviço e a terra não é nossa. Também por causa dos estudos.” (mulher solteira, 40 anos, reside em imóvel cedido).

A possibilidade de que alguns jovens terão que abandonar o meio rural para continuar seus estudos, mesmo não tendo o desejo de deixar de residir no rural, como confirmado no estudo de Morais (2014), foi o que motivou a escolha da segunda categoria de análise.

A ausência de acesso à terra torna-se um fator preocupante para a garantia da SAN, pois estimula a saída de famílias e jovens do campo em busca de melhores condições de vida nas cidades, assim como mencionado na fala acima. Produzir alimentos para o consumo familiar é a ponte para o acesso a alimentos de qualidade, de acordo com a cultura alimentar local e seguros no que diz respeito à contaminação por agrotóxicos.

### **3.2 Acesso à educação**

Todos os jovens (crianças e adolescentes) das famílias entrevistadas estão matriculados na escola. O que foi observado nos relatos das famílias quando questionadas sobre a educação de seus filhos é a dificuldade enfrentada pela ausência das séries oferecidas pelas escolas das comunidades rurais. Em sua

grande maioria dessas escolas oferecem apenas educação infantil. Assim muitas crianças, a partir de determinada idade, têm que se deslocar até a cidade para continuar os estudos.

A prefeitura oferece o ônibus para o transporte dos alunos, porém alguns pais reclamam pelo fato de os filhos terem que acordar muito cedo, muitas vezes de madrugada, para se deslocarem até a estrada onde o ônibus passa. Alguns pais relataram desejo de se mudar para a cidade somente pela questão da continuidade dos estudos dos filhos. Assim, as escolas tradicionais podem estar reproduzindo uma lógica que desvaloriza a vida no campo, como identificado na resposta a seguir sobre as expectativas para o futuro no campo:

“Espero que melhore. Se não tiver mais o transporte para a escola vou ter que mudar para a cidade.” (mulher solteira, 29 anos, mãe de uma criança de 6 anos que já estuda na cidade).

No estudo de Morais (2014) sobre juventudes rurais, a autora relata que apesar de o transporte escolar facilitar o acesso à escola pelos jovens, em alguns casos, ele não garante a frequência dos alunos devido a outros fatores como as condições das estradas rurais e distância da escola até a propriedade familiar.

Mesmo com o relato acima, e outros semelhantes, não foi confirmado abandono dos estudos por nenhuma criança das famílias entrevistadas nesta pesquisa. E é unânime o desejo dos pais em relação à continuidade dos filhos na escola.

A condição dos pais de se mudarem do campo para dar continuidade aos estudos dos filhos, com riscos de falta de emprego na cidade, entre outras consequências, estará diretamente relacionada à situação de SAN de sua família.

A motivação da gestão municipal em levar os estudantes para a cidade foi relatada por algumas famílias que nos disseram que a Secretaria de Educação estabeleceu um número mínimo de alunos para as escolas rurais. Sendo assim, quando não é atingido esse número de alunos durante o período de matrículas, a escola rural tem grande chance de ser fechada. Dessa forma o município reduz custos com o transporte de alunos, professores e com a alimentação dos mesmos, por exemplo. Porém, de certa forma, há uma interferência na formação cultural desses jovens que estão se afastando de suas origens rurais quando vão para a cidade em busca de estudos.

Apesar da estrutura física das escolas rurais serem deficitárias, foi relatado por algumas famílias, e inclusive por alguns funcionários (professores) da secretaria municipal de educação, que o ensino nas escolas rurais de Nepomuceno são bem melhores do que nas escolas urbanas, considerando que o número de alunos é inferior nas escolas rurais.

De acordo com Artoni (2012), em pesquisa onde analisou notas de desempenho de escolas do campo e dos centros urbanos no Estado de São Paulo, foi observado que as escolas rurais têm desempenho melhor do que as urbanas.

Uma mulher, que não participou das entrevistas mas que foi articuladora das famílias de uma comunidade rural, relatou o exemplo de sua família, onde seus três filhos estudaram na escola rural da comunidade Sabará e todos atualmente são estudantes de curso superior.

O desejo de cursar o ensino superior existe nas famílias rurais e foi relatado em duas falas. Na primeira, uma mãe quando questionada sobre se os(as) filhos(as) pretendem ficar na terra e quais os motivos pela permanência ou não, respondeu da seguinte maneira:

“Não. Eles têm que acabar os estudos. O meu filho gosta de roça, ele tem vontade de fazer agronomia e tem intenção de voltar para o campo depois que estudar.” (mulher casada, 43 anos, mãe de uma menina de 6 anos e de um rapaz de 19 anos que não estuda no momento por questões financeiras).

Em outra família, em resposta a mesma pergunta, outra mãe faz o seguinte relato:

“A S. (filha) tem vontade de ir para a cidade voltar a estudar. Ela sonha em ser veterinária mas não vai para não largar a gente.” (mulher casada, 69 anos, que participou da entrevista junto com a filha de 37 anos).

Nota-se que a maior dificuldade enfrentada por aqueles que sonham em estudar é a renda, pois as universidades são distantes das comunidades (em outros municípios inclusive) o que implica em gastos com transporte, alimentação e até moradia.

Por outro lado, como a intenção destes dois jovens é ter uma formação na área das agrárias, algumas universidades oferecem moradia e bolsas que auxiliam na permanência destes jovens na universidade, porém estas opções são pouco conhecidas por eles. Como exemplo temos a Universidade Federal de Lavras, que se localiza a 32 km do município de Nepomuceno, e oferece cursos na área de agrárias como agronomia e medicina veterinária, e também moradia e bolsas de estudos para aqueles alunos que comprovem vulnerabilidade socioeconômica. Estas informações foram compartilhadas pela pesquisadora, porém o fator renda permaneceu no discurso como sendo um impedimento para a concretização do desejo pelo curso superior e será tratado no próximo tópico.

### 3.3 Renda

Ao selecionar as famílias para as entrevistas, procurou-se englobar a diversidade de atividades produtivas de que as famílias rurais se ocupam nas comunidades estudadas, destacando que a cafeicultura é responsável por 70% da economia do município. Além do café, produz-se no município: milho, arroz e feijão. No quadro, a seguir, será apresentada a atividade produtiva realizada por cada família que participou desta pesquisa de acordo com as respostas à questão sobre “como utilizam a terra”.

Quadro 4 – Atividade produtiva das famílias entrevistadas.

<b>Família</b>	<b>Atividade na terra</b>
F1	Gado para abate e pasto
F2	Feijão, milho, café e verdura
F3	Café, milho e feijão
F4	Café, milho e feijão
F5	Milho e feijão Obs.: O dono da fazenda planta café e permite a utilização do pasto pelos funcionários para o plantio de outras variedades.
F6	Café, pasto, vacas, feijão e galinhas
F7	Café e pimenta biquinho
F8	Não produzem. Só feijão, de vez em quando plantam para o consumo
F9	Não possuem terras para plantio. Vive em uma casa na comunidade e plantam apenas em um canteiro: couve, cebolinha e alface para consumo da própria família.
F10	Milho, feijão, café, frango (granja e caipira), codorna e porco
F11	Café
F12	Café, milho e feijão
F13	Milho e soja
F14	Mais café. Pouco milho e soja. Obs.: Relatou não ter horta pois o jacu destrói
F15	Café, cana para gado e frutas
F16	Café e feijão
F17	Feijão e milho
F18	Milho e café
F19	Milho (agora) e feijão Obs.: Plantava café, mas a geada queima tudo
F20	Café, milho, feijão e arroz

Fonte: Dados da autora (pesquisa).

Das famílias entrevistadas, já foi relatado que seis residem em imóveis cedidos por proprietários de grandes fazendas da região, porém os trabalhadores recebem, além da casa, um salário referente às atividades prestadas.

Quando questionadas sobre a renda familiar mensal, observa-se a seguinte divisão entre as famílias: sete delas recebem menos que um ou até um salário mínimo; entre um e dois salários mínimos: 10 das famílias e apenas três entrevistadas relataram renda mensal familiar entre dois e três salários mínimos, o que caracteriza a maioria das famílias como de baixa renda de acordo com a metodologia comumente empregada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que classifica as classes sociais por faixas de salário-mínimo, ficando a maioria das famílias entrevistadas (17) na classe E e o restante (3) na classe D.

Sobre a fonte de renda do responsável pelo sustento do lar, 8 são empregados em grandes propriedades/fazendas; outros 8 trabalham na própria terra ou possuem serviços autônomos; 2 são aposentados; 1 estava afastado do trabalho na terra por problemas de saúde e 1 relatou trabalhar apenas na época da colheita do café (instabilidade financeira). Observou-se que os trabalhadores empregados nas grandes propriedades possuem condição socioeconômica desfavorável em relação àqueles que trabalham em suas próprias terras.

Sobre a produção de alimentos por estas famílias, 16 relataram que produzem alimentos para autoconsumo e/ou vendas, e 13 relataram realizar troca de produção excedente com vizinhos, conhecidos ou familiares. Grisa e Schneider (2008) colocam que é comum a troca de alimentos da horta, sementes, frutas e de alimentos que ainda estejam em período de colheita nos vizinhos, por membros da comunidade.

A situação de troca de produção entre vizinhos da comunidade é importante, pois pode aumentar a chance de SAN nas famílias através da distribuição da produção excedente entre os que necessitam, possibilitando

maior variedade de alimentos na mesa destas pessoas, além da economia de recursos financeiros.

Mais que alimentar necessidades vitais, nestes casos, a produção para o autoconsumo alimenta sociabilidades, firma relações entre vizinhos, estabelece compromissos, consolida a vida comunitária e uma estrutura social importante para reprodução social das unidades familiares (GRISA; SCHNEIDER, p. 489, 2008).

### **3.4 Acesso às políticas públicas**

Por não constar no roteiro de entrevista questões relacionadas às políticas públicas, foi sugerido pela banca (na qualificação deste trabalho) que se voltasse a campo para buscar informações sobre quais políticas públicas relacionadas à SAN estas famílias têm acesso.

As principais políticas relacionadas à SAN são os programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família – PBF, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, entre outros não menos importantes.

Quando questionadas sobre o recebimento de benefícios do Programa Bolsa Família ou outro benefício do governo, as famílias se mostraram desestimuladas no que diz respeito às burocracias para acessar esses programas:

“O G. (filho) recebia. É muito burocrático e causa estresse. Para receber 40 reais não vale a pena. É uma perguntação.”  
(mulher, 43 anos, mãe de 2 filhos).

Outra família responde ironicamente à mesma questão:

“Não. Eles dizem que a renda já é suficiente. Tão suficiente que tive que trabalhar para ajudar a completar. Eu já tive, já recebi mas bloqueou. Recebia 70,00.” (mulher, 39 anos, mãe de 2 filhos).

Em um dos relatos destaca-se a preocupação com a posse de bens para aprovação nos programas de transferência de renda:

“Não recebo. Esse povo do governo você não pode ter nem uma bicicleta no seu nome que você não pode ter benefício do bolsa família. Recebo só o meu salário mais o abono. Deixo para quem precisa.” (homem, 31 anos, que participou da segunda rodada de entrevistas pois sua esposa, que respondeu a primeira entrevista, havia falecido).

Pela característica da desigualdade econômica das famílias no Brasil, com comprometimento do acesso às necessidades básicas por grande parte delas, a intenção de assegurar uma renda que esteja vinculada à SAN e também às condicionalidades de educação e saúde, vem sendo bem aceitas (MACEDO e BOSI, 2016).

Apesar das declarações dos entrevistados acima citadas, não podemos negar que os programas de transferência de renda contribuem para a SAN das famílias participantes. Um aumento na renda familiar pode impactar positivamente sobre a alimentação da família, seja na quantidade e qualidade dos alimentos.

Sobre as outras políticas públicas, exceto o Programa Bolsa Família, os entrevistados demonstraram desconhecimento. Apenas quando questionados sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, a maioria relatou

não conhecer o programa de forma mais profunda, mas fizeram relatos positivos em relação à alimentação escolar dos seus filhos:

“Eu já ouvi falar. Minha filha estuda na escola da cidade e lá tem merenda. Ah se fosse na nossa época... tinha que levar merenda. Hoje é tudo bom.” (homem, 41 anos, não participou da primeira entrevista pois estava trabalhando e foi representado pela sua irmã).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE oferta alimentação no âmbito escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes da educação básica pública (FNDE, 2018).

O Programa beneficia milhões de estudantes brasileiros e exige que o cardápio escolar respeite hábitos alimentares locais e culturais promovendo assim a SAN dos alunos.

A importância das políticas públicas de SAN, como bancos de alimentos, por exemplo, não são de conhecimento dos entrevistados. Talvez porque o município não conta com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA). Este órgão tem por objetivo trabalhar no desenvolvimento de políticas locais, a serem implementadas a partir de iniciativas e parcerias da Municipalidade com a sociedade civil, tais como o banco de alimentos, incentivos à agricultura rural e urbana e ao autoconsumo, restaurantes populares e modernização dos equipamentos de abastecimento.

## **CAPÍTULO 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) está presente nas famílias rurais, dado verificado pela aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) durante esta pesquisa, confirmando os resultados do suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2013). Esta situação está relacionada a vários fatores observados nas famílias entrevistadas, como: acesso a terra e produção, educação/escolaridade, renda familiar mensal, acesso a políticas públicas de SAN.

Entre as famílias que produzem alimentos para o autoconsumo (consumo familiar), observou-se baixa variedade na produção, sendo o cultivo geralmente de poucas hortaliças convencionais em suas hortas, o que afeta diretamente a nutrição e, conseqüentemente, a saúde destes indivíduos, principalmente porque as famílias rurais estão buscando os seus alimentos na cidade, alimentos esses que são em sua maioria processados e ultraprocessados, não condizendo com a realidade em que vivem, afetando a cultura local dessas famílias que cada vez mais estão perdendo o costume de plantar e cozinhar. O acesso a terras para o plantio, de fato, influencia diretamente na SAN de famílias rurais. Muitas delas vivem dentro de fazendas onde são impedidas de plantar, porém nota-se que as famílias não compreendem que estão vivendo uma situação de risco, o que colabora para a permanência nesta situação.

A baixa escolaridade e renda das famílias entrevistadas é um fator de risco para a permanência da INSAN. Sabe-se que a baixa escolaridade dificulta a inserção no mercado de trabalho formal, o que resulta diretamente no acesso a empregos de baixa remuneração por estas famílias, situação que contribui para a ocorrência da INSAN. Uma das condicionalidades do Programa Bolsa Família é a permanência dos jovens na escola, com o objetivo de aumentar o grau de escolaridade de crianças e adolescentes, com o intuito de contribuir com o

rompimento do ciclo da pobreza, que tem a baixa escolaridade como um de seus principais determinantes.

Em relação às políticas públicas de SAN, que se fossem efetivas poderiam melhorar a situação de SAN nas famílias rurais, o único programa de conhecimento dos entrevistados é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que eles relacionaram com a merenda de seus filhos na escola, mas demonstraram desconhecimentos sobre os objetivos e diretrizes do programa.

Como limitações do estudo, coloca-se a dificuldade de realização das visitas domiciliares e a utilização da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA. Esta exige treinamento prévio e atenção dos pesquisadores durante sua aplicação, para evitar vieses de resposta.

A partir dos achados nesse estudo, percebe-se a importância da intervenção estatal para a garantia do acesso a direitos sociais básicos, como educação e saúde, como forma de emancipação e empoderamento das famílias rurais para que compreendam seus direitos e os busquem.

Como sugestões de ações, indica-se a implementação de estratégias específicas para o aperfeiçoamento da gestão e do acompanhamento dos programas e políticas sociais que garantem a SAN da população, por meio da formulação de planos de ação locais, construídos democraticamente com a participação de gestores, representantes da comunidade e profissionais de saúde, além de representantes de outros setores.

## REFERÊNCIAS

ABRANDH; LEÃO, M (Org.). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília, 2013. 236 p.

AMARAL, V. R. do; BASSO, D. Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: uma análise em perspectiva histórica. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 13, n. 1, p. 181-200, jan./jun. 2016.

ARTONI, C. B. **Relação entre perfil socioeconômico, desempenho escolar e evasão de alunos**: Escolas do Campo e Municípios Rurais no Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. **DOU** nº 98, 24 de maio de 2016. Seção 1, páginas 44, 45, 46.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. In: **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. 17. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente. Estatuto da criança e do adolescente*: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. – 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. 92 p, 1990.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 2006.

BRASIL. Lei nº 1.074/2003. **Estatuto do Idoso**. Brasília, Outubro de 2003.

CONSEA. **Cartilha da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Consea, 2006.

DOMBEK, L. A. **Autoconsumo e segurança alimentar em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema**. Campinas, 2006.

FAO. **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura**. O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo. Roma, 2017.

FAO. **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura**. O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo. Roma, 2014.

FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasil, 2018. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/>>. Acesso em: 14/08/2018.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, S. PLANTAR PRO GASTO: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, SOBER, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008.

HOFFMANN, R. Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: Análise dos Dados da PNAD de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 49-61, 2008.

HAU, F. R.; MATSUO, T.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar entre beneficiários de programas de transferência de renda. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 177-189, mar./abr. 2012.

IBGE. Nacional por Amostra de Domicílio: Segurança Alimentar-2004. **IBGE**: Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2004.

IBGE. Nacional por Amostra de Domicílio: Segurança Alimentar-2009. **IBGE**: Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2009.

IBGE. Nacional por Amostra de Domicílio: Segurança Alimentar-2010. **IBGE**: Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. Nacional por Amostra de Domicílio: Segurança Alimentar-2013. **IBGE**: Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2013.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011.

MACEDO, M; BOSI, M. **Valorações e juízos de mérito do Programa Bolsa Família na práxis em alimentação e nutrição: emancipação e/ou acomodação sustentada?.** In: PRADO, S. et al. (Orgs). Estudos socioculturais em alimentação e saúde: saberes em rede. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016.

MARIN, L. et al. Bens de consume e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor de pele autorreferida e condição socioeconômica. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 14, n. 3, p. 398-410, 2011.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, p. 9-18, jan./abr., 2008.

MEIRELLES, L. **Boletim informativo do Centro Ecológico Núcleo Litoral Norte.** v. 1, 1.ed. out. 2008.

MEIRELLES, L. **Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais.** In: Revista Agriculturas: experiências em agroecologia: AS-PTA, v. 1, n. 0, p. 11-14, set. 2004.

Ministério do Desenvolvimento Social. (MDS). **Programa Bolsa Família: relatório de informações do Bolsa Família e cadastro único.** 2018.

MORAIS, D. C. et al. Insegurança alimentar e indicadores antropométricos, dietéticos e sociais em estudos brasileiros: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 19, n. 5, p. 1475-1488, 2013.

MORAIS, L. S. **Juventudes rurais no Território Integração Norte Pioneiro do Paraná: um estudo dos fatores que interferem em sua decisão de permanecer ou não no meio rural.** Maringá, 2014.

OLIVEIRA, L. B. et al. PERMANECER OU SAIR DO CAMPO? UM DILEMA DA JUVENTUDE CAMPONESA. **Revista Pegada.** vol. 15, n. 1, 2014.

REINALDO, E. D. F. et al. Mudanças de Hábitos Alimentares em Comunidades Rurais do Semiárido da Região Nordeste do Brasil. **Interciência**. vol. 40, n. 5, 2015.

SALLES-COSTA, R. et al. Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 99-109, 2008.

SAMPAIO, M. F. A. et al. (In)Segurança Alimentar: experiência de grupos focais com populações rurais do Estado de São Paulo, **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, vol. 13, n.1, p. 64-77, 2006.

SANTOS, L. P. et al. Proposta de versão curta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. **Revista Saúde Pública**, vol. 48, n.5, p. 783-789, 2014.

**ANEXO**

**ANEXO A – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)** (para a família – será respondida pela mulher responsável pelo recurso \$ do PBF).

Nº	Perguntas	Respostas	
01	Nos últimos 3 meses, os moradores do seu domicílio tiveram a preocupação de que a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida?	Não (0)	Sim(1)
02	Nos últimos 3 meses, os alimentos acabaram antes que os moradores desse domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?	Não (0)	Sim(1)
03	Nos últimos 3 meses, os moradores desse domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?	Não (0)	Sim(1)
04	Nos últimos 3 meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?	Não (0)	Sim(1)
<i>SE TODAS AS QUESTÕES ANTERIORES A RESPOSTA FOR NÃO - PULAR PARA A PRÓXIMA ATIVIDADE</i>			
05	Nos últimos 3 meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar a comida?	Não (0)	Sim(1)
06	Nos últimos 3 meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?	Não (0)	Sim(1)
07	Nos últimos 3 meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro para comprar comida?	Não (0)	Sim(1)
08	Nos últimos 3 meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não tinha dinheiro para comprar a comida?	Não (0)	Sim(1)

<i>SE NÃO TIVER MORADORES &lt; 18 ANOS - PULAR PARA A PRÓXIMA ATIVIDADE</i>			
09	Nos últimos 3 meses, os moradores com menos de 18 anos de idade não puderam ter uma alimentação saudável e variada, porque não havia dinheiro para comprar comida?	Não (0)	Sim(1)
10	Nos últimos 3 meses, os moradores menores de 18 anos de idade comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda havia neste domicílio, porque o dinheiro acabou?	Não (0)	Sim(1)
11	Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos de idade comeu menos do que você achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar a comida?	Não (0)	Sim(1)
12	Nos últimos 3 meses, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?	Não (0)	Sim(1)
13	Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?	Não (0)	Sim(1)
14	Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar mais comida?	Não (0)	Sim(1)

Nome: \_\_\_\_\_

Data da entrevista: \_\_/\_\_/\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE**



Tamanho da área (classificação do imóvel rural):

- Minifúndio  Pequena propriedade  Média propriedade  
 Grande propriedade

Como utilizam a terra? (Uso do solo, tipos de atividades)

---

---

---

Há divisão de trabalho no campo entre os membros da família? Se sim, cite a função de cada um.

---

---

---

Abastecimento de água:  Poço  Nascente  Rede pública

Existência de saneamento básico (abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, manejo de resíduos sólidos):

- Sim  Não. Se não, como fazem? \_\_\_\_\_

### 3. ALIMENTOS E ALIMENTAÇÃO

Plantam alimentos para autoconsumo?

- Não  Sim. Se sim, quais?

---

---

---

Possuem horta?  Sim  Não

E animais?  Não  Sim.

Quais? \_\_\_\_\_

Vocês compram algum item para consumo? Se sim, o que e quanto compram?

Onde compram?

---

---

Há troca de produção?  Não  Sim. O que trocam? \_\_\_\_\_

O que acha da alimentação da sua família e das pessoas que convive? Acha que pode melhorar? Como?

---

---

---

Quais são os alimentos que em sua opinião são fundamentais?

---

---

---

Já houve falta de alimentos para consumo? (Fome) Se sim, explique o motivo (falta de dinheiro ou outro).

---

---

---

Participa de alguma Associação? ( ) Não ( ) Sim.

Qual? \_\_\_\_\_

São assistidos por alguma associação? ( ) Não ( ) Sim.

Qual? \_\_\_\_\_

#### 4. EXPECTATIVAS

Quais as expectativas para o futuro? (Com relação à vida no campo)

---

---

---

O(s) filho(s) pretende(m) ficar na terra? ( ) Sim ( ) Não

Se não, qual o motivo?

---

---

---

---

Quais são suas sugestões para se ter melhor qualidade de vida?

---

---

---